

Vazamento de dados é grave e seu impacto será sentido por anos

Reprodução



Especialistas afirmam que vazamento de dados expõe todos os brasileiros a possíveis fraudes e roubo de identidade
Reprodução

O [vazamento](#) dos dados de mais de 200 milhões de brasileiros terá impacto por muitos anos. A falha foi descoberta pela empresa especializada em segurança digital da startup Psafe, com listagem de 223 milhões de CPFs, além de dados cadastrais e informações econômicas, fiscais, previdenciárias, perfis em redes sociais, escore de crédito e fotografia pessoal.

O episódio foi [classificado](#) pelo especialista em Direito Digital **Ronaldo Lemos** como o "vazamento de dados do fim do mundo". Para o advogado, todas essas informações agora estão à venda na chamada "deep web". "Qualquer pessoa pode comprá-los, pagando com criptomoedas. Vai ser difícil reverter essa situação. Dados, uma vez vazados, não podem ser 'desvazados'", afirmou.

Especialistas ouvidos pela **ConJur** ratificam que, depois desse vazamento, é correto afirmar que todo brasileiro teve seus dados expostos de forma definitiva.

O advogado especializado em internet **Omar Kaminski** compara o vazamento ocorrido no Brasil ao que aconteceu nos Estados Unidos em 2017, quando os dados da empresa de gestão de crédito Equifax foram vazados e comprometeram a privacidade de 147 milhões de consumidores. Em 2019, a empresa chegou a um acordo com o governo norte-americano e teve que pagar 650 milhões de dólares pela falha.

Questionado sobre o que pode ser feito desses dados, Kaminski é pessimista. "As opções são inimagináveis, e as consequências, nefastas", resume. A advogada e presidente da Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da seccional do Rio de Janeiro da OAB, **Estela Aranha**, segue a mesma linha. "Além do volume, a natureza e a extensão dos dados traz um risco enorme de possibilidades de fraudes, roubo de identidade, os mais diversos tipos de golpes e o que chamamos de engenharia social na área de segurança da informação", afirma.



Estela explica que o impacto desse vazamento pode ser de anos, já que a grande maioria dos dados comprometidos são referentes a identificação e documentação que não podem ser trocados ou substituídos.

"Os titulares desses dados estão expostos a todos os tipos de fraude e quase todo sistema de verificação de identidade não presencial hoje acabou se tornado inseguro", explica.

Renato Opice Blum, advogado e economista especializado em proteção de dados, diz que o volume do vazamento de fato assusta. Ele destaca, no entanto, que é necessário saber mais sobre o conteúdo dos dados.

"Pode ser que não seja um vazamento relevante pelo conteúdo. Faltam mais detalhes com relação aos dados que foram efetivamente vazados e estão que estão sendo comercializados. Mas o volume chama a atenção", afirma.

Ele acredita que o vazamento tenha relação com o momento de pandemia. "Isso decorre do avanço tecnológico, do próprio momento da pandemia, em que está tudo digital. Um ponto 'positivo' é que temos mais regulação hoje, ainda que as multas previstas na LGPD só comecem a valer em agosto."

Pouco a se fazer

Individualmente, existe pouco a se fazer para se prevenir de fraudes depois desse vazamento. "O Banco Central tem um serviço gratuito no Banco Central que chama [Registrato](#), em que você pode consultar relatórios do pix, empréstimos, financiamentos e contas em outros bancos", aponta Estela como uma das opções.

E o cidadão fraudado também terá dificuldade de acionar na Justiça a empresa que detinha os dados vazados. "É muito difícil cada titular provar o nexo de causalidade desse vazamento com eventual lesão ou dano; por isso, é muito importante a apuração de responsabilidades e medidas de tutela coletiva em relação aos riscos, lesões de direitos e danos gerados por esse vazamento", comenta.

Kaminski, por sua vez, defende que o caso seja apurado exemplarmente. "Não se pode mais tolerar esse tipo de ocorrência como se fosse normal ou aceitável. Não é, nem pode ser. Se a desculpa era a ausência de uma lei específica, *habemus legem*", afirma, em referência à [LGPD](#) (Lei 13.709/18), já em vigor.

Na última quinta-feira (28/1), o Conselho Federal da OAB [oficiou](#) o presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, para que fiscalize a ocorrência do vazamento.

Mudança cultural

Tanto Estela Aranha como Omar Kaminski acreditam que a melhor prevenção para evitar fraudes é mudar a maneira como as pessoas lidam com suas informações pessoais. "Valem os conselhos de sempre: não divulgar dados pessoais aleatoriamente, respondendo pesquisas, cadastros, fornecendo dados em excesso", explica Kaminski.



A Serasa vem sendo apontada como a companhia que teve seus dados vazados. Em nota, a empresa nega. Leia abaixo:

"Tem havido notícias na mídia de que um hacker está oferecendo ilegalmente dados sobre cidadãos brasileiros na web, alguns dos quais alega estariam relacionados à Serasa. Assumimos o compromisso de proteger a privacidade dos dados dos consumidores que tratamos de forma extremamente séria. Nossa investigação até o momento mostrou discrepâncias significativas entre as alegações feitas e os dados que mantemos em nossos arquivos. Iniciamos mais uma análise de arquivos adicionais que foram disponibilizados."

Date Created

01/02/2021